



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0022873-28.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Rescisão / Resolução**
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Sc Ltda**
 Requerido: **Vanessa Emanuelle Maturana**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRONICA SC LTDA, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Procedimento Sumário em face de Vanessa Emanuelle Maturana, também qualificada, alegando ter sido contratada pela ré para instalação e locação de *sistema de segurança eletrônica monitorada*, mediante preço de R\$ 60,00 mensais, frente ao qual estaria a ré em mora desde março de 2009 e até maio de 2010, totalizando dívida de R\$ 1.430,96 pela qual requereu a condenação daquela, com os acréscimos legais.

A ré contestou o pedido sustentando não ter firmado o contrato e não atuar na cidade de São Carlos, cumprindo à autora o ônus de demonstrar a lisura e regularidade do contrato, até porque se trataria de relação de consumo, sujeita aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, concluindo pela improcedência da ação, e alternativamente impugnou os valores cobrados dada a aplicação de juros de mora de 1% o mês, apresentando contas cujos resultados são inferiores aos valores cobrados pela autora.

A autora replicou esclarecendo que a ré esteve efetivamente estabelecida nesta cidade de São Carlos, no endereço consignado no contrato, o qual foi firmado por *Lilian Maturana*, que supõe pertencer à família da ré, reclamando que a ré junte documentos e esclareça seu grau de parentesco com referida pessoa, aduzindo ainda que até fevereiro de 2009 a ré pagou regularmente pelo serviço, reafirmando os pedidos da inicial.

A ré tornou aos autos para impugnar a juntada de documentos, pela autora com a réplica, por entender intempestiva a providência, e por determinação judicial, sem esclarecer o grau de parentesco, conforme lhe foi determinado, juntou aos autos documento.

É o relatório.

Decido.

Com o devido respeito à ré, a autonomia da vontade, tema contratual, nada tem com o dever de proceder com lealdade no processo, atendendo às determinações judiciais, a propósito do que CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO escreve: *"As garantias constitucionais do contraditório e ampla defesa, do direito à prova, do devido processo legal, etc., que são instituídas para a defesa de direitos em juízo, não podem ser invocadas como pretexto à má-fé e à deslealdade. É dever do juiz, inerente ao seu poder de comando do processo, repelir os atos abusivos das partes ou de seus procuradores (CPC, art. 125)"*¹.

Superada questão, vemos que do documento juntado pela ré evidencia-se que *Lilian Maturana* é sua mãe, sendo ela a pessoa que firmou o Contrato de Prestação de Serviços de

¹ CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, *Instituições de Direito Processual Civil*, Vol. II, Malheiros, SP, 2001, item 528, p. 265/266.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Segurança com a autora, aponto um "p/" (sic.) em frente ao nome da ré (*vide fls. 16*), sinal usualmente utilizado para indicar que o faz "por procuração", ou seja, que assina em nome daquela.

Logo, parece-nos destituída de fundamentação a alegação da ré, de que não firmou o contrato, ficando, aliás, evidente sua intenção de conduzir o processo buscando ocultar a informação de que *Lilian Maturana* é, na verdade, sua mãe, e tanto assim porque a determinação de que prestasse tal esclarecimento nos autos data de 12 de janeiro de 2015, quando este Juízo determinou-lhe esclarecesse "*seu grau de parentesco com a referida pessoa*" (sic.).

Por petição protocolada em 13 de fevereiro de 2015 a ré veio aos autos e, a partir da afirmação de que a autora havia firmado contrato com *Lilian Maturana* e não consigo, omitiu-se em prestar a informação (*vide petição de fls. 120*).

Nova decisão deste Juízo, datada de 14 de julho de 2015, reiterou a determinação, sob as penas do art. 14 do Código de Processo Civil.

Veio aos autos, então, a petição protocolada em 04 de agosto de 2015, na qual é novamente omitida a informação reclamada.

É autorizado, assim, afirmar, sempre renovado o máximo respeito, que sete (07) meses se passaram desde a determinação judicial para que a ré peticionasse nos autos, limitando-se a indicar que "*segue anexa cópia de documento oficial, onde pode não só constatar a filiação da ré, mas também sua plena capacidade civil*" (sic., fls. 130).

De concluir-se, à vista do conjunto fático e processual analisado, seja de rigor rejeitar-se a tese de defesa da ré.

A ação é, portanto, procedente, cumprindo à ré arcar com o pagamento da importância de R\$ 1.430,96, sobre a qual deverão incidir correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos vencimentos, observada a planilha de fls. 17, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A ré sucumbe e deverá arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré Vanessa Emanuelle Maturana a pagar à autora SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA SC LTDA a importância de R\$ 1.430,96 (*um mil quatrocentos e trinta reais e noventa e seis centavos*), acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar da data dos respectivos vencimentos, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução dessa sucumbência enquanto durarem os efeitos da assistência judiciária gratuita a ela concedida.

P. R. I.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2016.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**